

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Diário de Parde Class.: 1322

Data: 12/01/90 Pg.: \_\_\_\_\_

**IANOMAMIS**

**Tuma  
explica  
posição mas  
questão  
continua**

BRASÍLIA — O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, negou ontem que o governo tenha feito qualquer tipo de acordo descumprindo a liminar da Justiça, que interditou nove milhões de hectares de áreas indígenas em Roraima. "Estávamos apenas em entendimentos para solucionar a questão de retirada dos garimpeiros da reserva Yanomami", justificou, depois de apresentar-se ao juiz João Batista Coelho de Aguiar, da 7ª Vara de Brasília. Dizendo-se magoado por ter sido intimado a pedido do procurador Eugênio José Araújo, ele ressaltou: "Sempre fui um escravo da Justiça, jamais desobedeceria a lei".

Para evitar maiores constrangimentos, Tuma apresentou-se espontaneamente ao juiz, assinou a petição, mas terá que explicar no prazo de 72 horas se realmente pretendia descumprir a liminar. "Farei isto por escrito", esclareceu, após salientar que não gostou dos termos da petição do procurador. "Uma autoridade policial que há 35 anos segue rigidamente as normas não merece este tipo de interpelação", falou magoado. Segundo conta, em nenhum momento pensou em desrespeitar a decisão judicial, por isto mesmo não teme maiores reações.

Ressaltando que a idéia da Polícia Federal era tornar a operação de retirada dos garimpeiros o mais pacífica possível, ele revelou que seria mais fácil usar a força, mas não é este o desejo do governo, muito menos da sociedade. Tuma não acredita que o impasse criado pela Justiça venha atrapalhar os trabalhos do DPF. "Continuaremos fiscalizando e dando apoio necessário".

Depois de tantos problemas, o governo já começou a estudar uma forma de suspender a liminar concedida, em outubro do ano passado, pelo juiz Novelty Vilanova da Silva Reis. Só assim poderá assentar os garimpeiros nas três áreas anteriormente definidas. Até, segundo o diretor-geral da Polícia Federal, os invasores das terras Ianomamis poderão ser remanejados, mas ficarão sem condições de garimpar. Novamente negando a existência de acordo feito pelo governo, Tuma lembrou que se isto fosse verdade teria que ser produzido através de decreto.

"Não há documento assinado, fizemos apenas entendimentos".

"Enquanto a liminar não for julgada, enquanto não sair decreto ninguém é doido de desrespeitá-la. Nem eu, nem o ministro da Justiça, nem o presidente Sarney", salientou.

Enquanto o diretor do DPF respondeu na Justiça pela operação, representantes do Ibama, DNPM e Funai reuniram-se ontem a tarde, no Ministério da Justiça, para traçar diretrizes das áreas de assentamento dos índios. Segundo o presidente do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Olívio Martins, uma saída para resolver a questão é separar o máximo possível as regiões dos garimpeiros das dos índios. Assim, já definido que as áreas Santa Rosa, Catrimani e Santa Isabel, para onde os garimpeiros devem ser levados, devem ser afastadas de 8 a 10 quilômetros das terras indígenas. Ovídio considerou o acordo ilegal, mas não inconstitucional. "De qualquer modo vamos encontrar uma saída".